



**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

***CAMPUS* ARAPIRACA**

CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

JAÍNE PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA POLICIAL EM TRAJETÓRIAS TEXTUAIS MUDIÁTICAS:
REFLEXIVIDADE RACIAL ACERCA DO CASO DE CLÁUDIA FERREIRA**

**Arapiraca, AL
2025**

JAÍNE PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA POLICIAL EM TRAJETÓRIAS TEXTUAIS MIDIÁTICAS:
REFLEXIVIDADE RACIAL ACERCA DO CASO DE CLÁUDIA FERREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras-Português do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciada em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva

Arapiraca, AL
2025

418

S237v

Santos, Jaíne Patrícia Lopes dos.

A violência policial em trajetórias textuais midiáticas [recurso eletrônico] : reflexividade racial acerca do caso de Cláudia Ferreira / Jaíne Patrícia Lopes dos Santos. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 881 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura m Letras/Português) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2025.

1. Linguística aplicada. 2. Reflexividade racial. 3. Relações raciais. 4. Trajetórias textuais. 5. Violência policial. I. Título.

JAÍNE PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA POLICIAL EM TRAJETÓRIAS TEXTUAIS MIDIÁTICAS:
REFLEXIVIDADE RACIAL ACERCA DO CASO DE CLÁUDIA FERREIRA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras-Português, do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras-Português.

Aprovado em: 01 / 04 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Profa. Dra. Lorena Borges
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

À memória de Cláudia Ferreira e a todas as pessoas negras que enfrentam a brutalidade do racismo institucional. Nunca lhes falte força. Jamais lhes seja negada a dignidade, e que a resistência continue sendo nossa resposta. Cada palavra aqui escrita é um ato de memória, justiça e reparação.

AGRADECIMENTOS

Não seria possível a realização deste trabalho, nem a conclusão desta etapa tão importante da minha vida, sem a colaboração de diversas pessoas, às quais sou imensamente grata. Agradeço por todo apoio, carinho e força que me transmitiram em cada momento de dificuldade.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder saúde, força, perseverança e sabedoria, e por guiar os meus caminhos até aqui.

Ao meu marido, Eric César, por todo apoio emocional e psicológico nos momentos de fraqueza. Sua presença foi essencial para que eu seguisse em frente.

Aos meus pais, Patrícia e José, por todos os ensinamentos e pelo cuidado ao longo da vida. À minha irmã, Ju, que me apoiou e me enviou forças em todos os momentos. Faria tudo novamente por vocês, pois são a minha base e a minha fortaleza.

Ao meu orientador, Danillo Silva, por todos os ensinamentos, orientações, cuidado, apoio, disponibilidade e, principalmente, por sempre acreditar na minha capacidade e nunca me deixar desanimar.

À Daniele Santana, minha parceira durante todo o processo acadêmico, por compartilhar comigo os momentos mais importantes e desafiadores desta caminhada. Nenhum deles teria o mesmo significado sem você.

Aos professores que fizeram parte da minha formação e aos colegas de curso pelas trocas de experiências e aprendizados ao longo desses anos, e principalmente ao Instituto Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, assim como a toda a equipe de gestão do curso de Letras/Português, pelo suporte e dedicação à minha formação

RESUMO

Este estudo, baseado na abordagem qualitativa e interpretativista da Linguística Aplicada, tem como objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos pelas trajetórias textuais mobilizadas a respeito do caso Cláudia Ferreira, ocorrido em 2014, destacando como essa mobilidade de textos colabora para a produção da reflexividade racial. Para isso, a pesquisa se apoia nas perspectivas teóricas sobre a performatividade da linguagem e as trajetórias textuais (Austin, 1990; Bauman & Briggs, 1990; Blommaert, 2005), ao mesmo tempo em que explora as relações raciais no Brasil e suas raízes coloniais, como foco nas conexões com a violência policial e noções como racismo estrutural (Almeida, 2018), racismo institucional (IPEA, 2007), necropolítica (Mbembe, 2016) e biopolítica (Foucault, 2008), as quais auxiliam na compreensão das práticas sociais que perpetuam desigualdades raciais e suas formas de violência. O trabalho analítico possibilitou uma interpretação crítica das trajetórias textuais mobilizadas e de suas sinalizações indexicais, destacando seus efeitos em três manifestações de reflexividade racial distintas: 1) a reflexividade sobre a violência policial como uma questão estrutural e questão sistêmica; 2) a reflexividade sobre a conotação racista da instituição policial e sua origem histórica; e 3) a reflexividade pautada em experiências pessoais de racismo/violência policial. Em linhas gerais, o estudo destaca o papel das plataformas digitais e das interações *online* na circulação de discursos raciais, bem como formação das subjetividades políticas que apropriam-se de modos de resistência e de contestação face à dimensão estrutural e institucional da violência racial brasileira, especialmente em sua faceta policial.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; reflexividade racial; relações raciais; trajetórias textuais; violência policial.

ABSTRACT

This study, based on the qualitative and interpretivist approach of Applied Linguistics, aims to analyze the effects of meaning produced by the textual trajectories mobilized around the case of Cláudia Ferreira, highlighting how this mobility of texts contributes to the production of racial reflexivity. To this end, the research is based on theoretical perspectives on the performativity of language and textual trajectories (Austin, 1990; Bauman & Briggs, 1990; Blommaert, 2005), while exploring racial relations in Brazil and its colonial roots, focusing on connections with police violence and notions such as structural racism (Almeida, 2018), institutional racism (IPEA, 2007), necropolitics (Mbembe, 2016) and biopolitics (Foucault, 2008), which help to understand the social practices that perpetuate racial inequalities and their forms of violence. The analytical work enabled a critical interpretation of the textual trajectories mobilized and their indexical signaling, highlighting their effects on three distinct manifestations of racial reflexivity: 1) reflexivity on police violence as a structural and systemic issue; 2) reflexivity on the racist connotation of the police institution and its historical origins; and 3) reflexivity based on personal experiences of racism/police violence. In general terms, the study highlights the role of digital platforms and online interactions in the circulation of racial discourses, as well as the formation of political subjectivities that appropriate modes of resistance and contestation in the face of the structural and institutional dimension of Brazilian racial violence, especially in its police facet.

Keywords: Applied Linguistics; racial reflexivity; racial relations; textual trajectories; police violence.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Manifestação contra a violência racial	19
FIGURA 2 - Matéria sobre Cláudia Ferreira no site Mídia Ninja	27
FIGURA 3 - Comentário feito na publicação do perfil Mídia Ninja no Instagram.....	28
FIGURA 4 - Comentário feito na publicação do perfil Mídia Ninja no Instagram.....	30
FIGURA 5 - Comentário feito na publicação do perfil Mídia Ninja no Instagram.....	32
FIGURA 6 - Comentário feito na publicação do perfil Mídia Ninja no Instagram.....	34
FIGURA 7 - Comentário feito na publicação do perfil Mídia Ninja no Instagram.....	35
FIGURA 8 - Comentário feito na publicação do perfil Mídia Ninja no Instagram.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 VIOLÊNCIA POLICIAL COMO VIOLÊNCIA RACIAL	11
3 MODOS DE RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA RACISTA DAS POLÍCIAS NO BRASIL: ENTRE AS RUAS E AS REDES.....	16
4 A CIRCULAÇÃO DE TEXTOS NA MÍDIA: TRAJETÓRIAS TEXTUAIS.....	21
5 RASTREAMENTO TEXTUAL EM MÍDIAS DIGITAIS OU NOTAS METODOLÓGICAS..	24
6 TRAJETÓRIAS DE TEXTOS E A CONSTRUÇÃO DA REFLEXIVIDADE RACIAL SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL: O CASO CLÁUDIA FERREIRA	26
6.1 REFLEXIVIDADE SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL COMO UMA QUESTÃO ESTRUTURAL E QUESTÃO SISTÊMICA	27
6.2 REFLEXIVIDADE SOBRE A CONOTAÇÃO RACISTA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL E SUA ORIGEM HISTÓRICA	32
6.3 REFLEXIVIDADE PAUTADA EM EXPERIÊNCIAS PESSOAIS DE RACISMO/VIOLÊNCIA POLICIAL	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Cláudia Silva Ferreira, carinhosamente chamada de "Cacau", era uma mulher negra de 38 anos, residente no morro de Congonhas, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Auxiliar de serviços gerais em um hospital, Cacau era casada e mãe de quatro filhos, além de ajudar a criar quatro sobrinhos. Na manhã de domingo, 16 de março de 2014, ela saiu de casa com um copo de café e seis reais, com a intenção de comprar pão.

Durante o trajeto, Cláudia foi atingida por dois tiros disparados por policiais militares (PM), aparentemente por estar carregando um copo, que foi considerado uma ameaça. Ao ver a cena, moradores revoltados tentaram impedir a retirada de Cláudia do local, causando um tumulto. Entretanto, os agentes dispararam para o alto e a colocaram no porta-malas da viatura, alegando que a levariam ao hospital.

No caminho para o hospital, o porta-malas se abriu, deixando o corpo de Cláudia pendurado pela roupa. Um cinegrafista amador, ao ver a cena, filmou o ocorrido e postou nas redes sociais, gerando grande repercussão sobre o caso. Em declaração ao Portal G1¹, sua filha Thaís detalhou o acontecimento:

“Um pegou ela pela calça e outro pela perna e jogou dentro da Blazer, lá dentro, de qualquer jeito. Ficou toda torta lá dentro. Depois desceram com ela e a mala estava aberta. Ela ainda caiu na Buriti [rua, em Madureira], no meio do caminho, e eles pegaram e botaram ela para dentro de novo. Se eles viram que estava ruim porque eles não endireitaram (sic) e não bateram a porta de novo direito?” (G1, 2014).

Diante do caso de Cláudia, expressão de uma realidade cruel e recorrente, esta pesquisa parte da seguinte problematização: quais os motivos subjacentes aos assassinatos de pessoas negras pelas mãos do Estado? O que cenas como essa evidenciam sobre o modo como a violência estatal tem elegido corpos negros como alvos preferenciais de sua ação?

Em face desse problema, o objetivo deste trabalho é analisar as práticas discursivas e as representações midiáticas em torno do assassinato de Cláudia Ferreira, com foco na reflexividade racial e na forma como os meios de comunicação e as redes sociais reagem a esse evento. Busca-se entender, portanto, de que maneira essas representações influenciam no imaginário social sobre as relações

¹ Entrevista cedida ao programa *Bom Dia Rio*. G1 Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/acharam-que-ela-era-bandida-disse-filha-de-arrastada-por-pms-no-rio.html>.

raciais no Brasil e no papel do Estado na perpetuação da violência contra a população negra.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se ampara na pesquisa qualitativa e interpretativista em Linguística Aplicada (Moita Lopes; Fabrício, 2019), a qual valoriza as subjetividades dos sujeitos envolvidos e a maneira como a linguagem constrói e reflete sobre as realidades sociais por meio de seus usos. Para subsidiar as análises, foram mobilizadas as perspectivas teóricas sobre a dimensão performativa da linguagem e as trajetórias textuais (Austin, 1990; Pinto; Amaral, 2019; Bauman & Briggs, 1990; Blommaert, 2005); sobre as relações raciais no Brasil, suas origens coloniais e suas conexões com a violência policial foram mobilizadas noções como “racismo estrutural” (Almeida, 2018), “racismo institucional” (IPEA, 2007; Silva *et al.*, 2009; Oliveira Junior & Araujo Lima, 2013), “necropolítica” (Mbembe, 2016), e “biopolítica” (Foucault, 2008).

Em linhas gerais, o trabalho analítico permite interpretar que a linguagem, como um fenômeno social e performativo, é crucial na construção e reflexão das realidades sociais e raciais no Brasil. Ao analisar as trajetórias textuais e as interações nas mídias digitais, torna-se possível compreender como as ideologias linguísticas são responsáveis por intensificar as hierarquias sociais. Assim, a linguagem vai além da comunicação, atuando como um mecanismo que reforça as desigualdades e contribui para a manutenção de estruturas de poder que moldam as relações sociais e raciais.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este trabalho é composto por quatro seções principais. Na Seção **2**, discuto os conceitos de racismo estrutural, institucional, necropolítica e biopolítica, analisando como a violência policial no Brasil é uma manifestação de um sistema de opressão, estrutural e sistêmico e institucional, que atinge de forma desproporcional a população negra. Na Seção **3**, abordo as resistências históricas e contemporâneas das populações negras brasileiras à violência do Estado, destacando como as resistências, tanto nas ruas quanto nas redes, desempenham um papel crucial na mobilização e visibilidade das lutas contra a violência policial. Na Seção **4**, exploro o papel da linguagem e da sua circulação em mídias digitais na construção da reflexividade racial sobre o caso, destacando como noções de performatividade, indexicalidade e entextualização podem ser úteis à compreensão crítica sobre a construção do entendimento do público em relação à violência policial e o racismo no Brasil. Por fim, na seção **5**, destinada às análises,

exploro as trajetórias textuais mobilizadas em torno do caso de Cláudia Ferreira e o modo como elas permitem entrever a construção de reflexividades raciais sobre a violência policial, destacando especialmente seu caráter sistêmico, sua origem colonial e o papel da violência na hierarquização social e política de vidas negras no Brasil.

2 VIOLÊNCIA POLICIAL COMO VIOLÊNCIA RACIAL

No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, cuja publicação se deu em meados de 2024, registrou 6.393 mortes de pessoas negras por intervenção policial, com as vítimas preferenciais sendo homens negros entre 12 e 29 anos (Brasil, 2024)². Esse número representa um aumento alarmante de 118,9% desde 2013, o que nos leva a entender que tais assassinatos não são eventos isolados, mas sim uma expressão explícita de um racismo estrutural que remonta ao período colonial, quando o controle da população negra e a escravidão eram práticas comuns.

O racismo estrutural pode ser definido como uma forma sistemática de “discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, p.25). Ele está presente e enraizado nas instituições e práticas sociais, políticas e econômicas, sendo reproduzido nas desigualdades no acesso à educação, saúde, ao trabalho e à justiça. Esse processo estabelece obstáculos que torna mais difícil a mobilidade social de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, mantendo a discriminação de forma sistêmica.

Como uma manifestação do racismo estrutural, o racismo institucional é entendido como uma falha sistêmica das instituições em proporcionar serviços e oportunidades iguais para todos, especialmente para grupos socialmente marginalizados. Assim, em vez de se expressar de forma explícita, o racismo institucional se manifesta de maneira mais sutil, por meio de normas, práticas e comportamentos cotidianos que resultam em desigualdades raciais dentro das organizações. Essas práticas discriminatórias, muitas vezes invisíveis ou implícitas, contribuem para a distribuição desigual de serviços, benefícios e oportunidades, impactando negativamente a população negra. Portanto, é seguro afirmar que essa forma de racismo se encontra enraizada nos preconceitos e estereótipos raciais e afeta o funcionamento rotineiro das instituições (Ipea, 2007; Silva *et al.*, 2009; Oliveira Junior & Araujo Lima, 2013).

² Dados estatísticos. *G1 Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/18/letalidade-policial-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>.

A manifestação do racismo estrutural e institucional na instituição policial é evidente nas práticas adotadas pelas forças de segurança. O racismo estrutural permeia a polícia, pois suas estruturas e normas muitas vezes reforçam desigualdades raciais, refletindo estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. A segurança pública, em vários contextos, não tem como objetivo proteger de forma igualitária todos os cidadãos, mas sim atender, muitas vezes, aos interesses das classes mais privilegiadas, deixando populações marginalizadas, como os negros, mais suscetíveis a abusos e violência.

No âmbito do racismo institucional, destaca-se a tendência de associar de forma errônea a pobreza à criminalidade, tratando a cor da pele, principalmente a negra, como um sinal visível de comportamento criminoso. Essa lógica resulta em práticas discriminatórias cotidianas, nas quais a população negra é frequentemente alvo de abordagens desproporcionais, violência e prisões injustificadas, reforçando o ciclo de marginalização racial (Oliveira Junior & Araujo Lima, 2013).

Atualmente, a polícia, ao desaprovar comportamentos de sujeitos negros, recorre à violência como forma de punição, refletindo práticas históricas de controle social que continuam no presente. Rosane Borges (2019) argumenta que, ao persistir em certas dinâmicas históricas e sociais, o Brasil reflete aspectos de sua condição de expropriação e subordinação dos corpos negros. Esse processo de subordinação não se limita à esfera jurídica, mas se perpetua no cotidiano. Como destaca Frantz Fanon (2008):

Enquanto tudo estivesse correndo bem, era alçado às nuvens, mas cuidado, não faça nenhuma besteira, em hipótese alguma! O médico negro jamais saberá a que ponto sua posição beira o descrédito. Eu lhes digo, já estive emparedado: nem minhas atitudes civilizadas, nem meus conhecimentos literários, nem minha compreensão da teoria quântica eram vistos com bons olhos (Fanon, 2008, p.109).

Ao expressar essa reflexão, Fanon denuncia a exigência constante de que o negro se ajuste às normas impostas pela sociedade dominante – normas essas que definem arbitrariamente quem merece viver, quem tem direitos e quem é relegado à marginalização. Nesse contexto social e político, o negro, por mais qualificado que seja, jamais será plenamente aceito, pois sua posição está sempre à beira do descrédito, independentemente de sua educação, conquistas ou conduta. A afirmação de Fanon destaca como o corpo negro é constantemente visto como alvo de violência e controle, além de ilustrar a continuidade estrutural das normas racistas

que ainda operam na sociedade, negando ao negro a plena condição de sujeito digno e humano.

O caso de Cláudia Ferreira, assim como tantos outros de violência contra corpos negros, reflete um processo histórico de desumanização. Sales Junior (2006) enfatiza que o corpo negro é constantemente marcado pela exclusão e subordinação, e isso se manifesta na brutalidade policial, por meio da qual o negro não é visto como sujeito, mas como ameaça. É importante reafirmar que não se tratam de casos isolados ou enganos, como muitas vezes se tenta justificar por meio de explicações como “bala perdida” ou retóricas que afirmam que o sujeito foi “confundido com um bandido” ou “estava no local errado na hora errada”.

Nesse sentido, Machado e Noronha (2002) problematizam que a violência policial nas classes populares urbanas está intimamente ligada a uma estrutura social desigual, em que o uso da força por parte do Estado tende a ser mais intenso e coercitivo nas áreas mais pobres, evidenciando uma disparidade no tratamento das diferentes classes sociais. Essas expressões e episódios são resultados do racismo estrutural que permeia as instituições brasileiras, visto que a vítima sempre é o corpo negro. É oportuno mencionar que durante a escravidão os negros eram vistos como propriedades, sem direito de ir e vir e, após a Abolição, essa lógica não desapareceu, mas se transformou.

Em entrevista concedida à Ponte, Roseane Borges³ (2019) afirma que

[..] o Brasil está escolhendo ser colônia. A colônia tinha uma expropriação do corpo, o corpo que era escravizado, um corpo moeda, objeto. O que permanece é o corpo que é matável. Não é mais estatuto jurídico do escravizado, mas digamos que essa escravização se dá de outras formas. A partir de imaginários, de políticas que definem o normal e o desviante, o bem e o mal, o belo e o feio. A gente vai vendo essas hierarquias se mantendo, o fantasma da escravidão e da colônia é uma presença muito forte. Inclusive orienta políticas contemporâneas (Borges, 2019, n.p.).

A violência policial, portanto, se tornou uma forma de submeter os corpos negros a um novo tipo de controle social, como uma continuidade da escravização nos tempos modernos. Nesse contexto, o conceito de “necropolítica”, desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2006), ajuda a entender essa realidade. Partindo da ideia de “biopolítica”, de Michel Foucault (2008), segundo a qual o poder

³ BORGES, Rosane. Entrevista à Ponte: *O que é necropolítica e como Achille Mbembe chegou até ela*. **Ponte**, 23 jan. 2019.

moderno atua por meio da administração e da regulação da vida das populações, investindo em práticas como saúde, natalidade, mortalidade, higiene e outros fatores, Mbembe propõe que em situações de guerra, exceção política ou certas configurações sociais, o poder atua por meio da eliminação da vida de certas populações, da morte, ao que ele nomeia como “necropoder”.

Ao se levar em conta a realidade social e política do Brasil, suas origens coloniais e as dimensões estruturais do racismo que organizam as relações de poder nesse território, não é difícil perceber como o “necropoder” e a “necropolítica” são categorias úteis para explicar a violência policial letal dirigida preferencialmente à população negra. Nesse sentido, o racismo funciona como um mecanismo para justificar a eliminação de uma parte da população. Quando considerado um instrumento da biopolítica, “a raça, ou racismo, é a condição prévia que torna possível aceitar a matança. [...] é a base para o exercício do poder de matar” (Mbembe, 2016, p. 256).

Consoante a isso, Rosane Borges (2019) explica que a necropolítica permite compreender a adaptação do Estado à morte, não como um fenômeno pontual, uma falha num sistema ou uma exceção, mas como uma regra para populações direcionadas. Ela destaca que, dentro desse conceito, a política não é o espaço da razão, mas da “desrazão”, especialmente no contexto das sociedades contemporâneas em que a violência estatal se manifesta na forma de extermínio e perseguição, exercida de modo especial pela face policial do Estado, autorizada legalmente a matar “sob certas condições”, tal como observamos nas periferias das grandes cidades brasileiras. Dessa forma, na execução da política de morte promovida pela necropolítica, além das execuções a céu aberto, somam-se as matanças invisíveis (Mbembe, 2016).

Além disso, Sales Junior (2006) defende que a estigmatização racial funciona como uma vigilância constante das hierarquias e domínios raciais, gerando uma dor que, embora não seja sempre física, afeta o corpo de maneira profunda, mutilando-o, fragmentando-o e codificando-o. Essa dor, mais social do que corporal, deixa marcas no corpo, que se tornam estigmas, representando a desigualdade social e a reificação dos processos de dominação e hierarquização. Assim, a violência racial vai além da agressão física, uma vez que os discursos racistas também funcionam como ferramenta de controle, associando corpos negros à criminalidade. Essa narrativa, por sua vez, é reforçada pelas políticas públicas, pela atuação policial e pelas

representações midiáticas, perpetuando a ideia de que vidas negras têm maior facilidade à violência e que suas mortes não geram impacto social, como as mortes de pessoas brancas, por exemplo.

O caso da Cláudia Ferreira, então, expressa como a violência policial contra negros no Brasil não são manifestações isoladas, mas a continuação de práticas de opressão herdadas do período escravocrata. Ao refletirmos a violência policial como violência racial, é possível perceber como ela se insere em uma lógica de controle e subordinação em que os corpos negros são tratados como alvos de uma necropolítica e de um processo de desumanização contínuo.

Sendo assim, torna-se necessário refletir sobre a forma como as instituições, a mídia e a sociedade contribuem com essas práticas. Para tanto, é preciso enfatizar a importância dos movimentos sociais e de resistência na busca das mudanças de estruturas do poder que perpetuam essa violência. Noutros termos, para impulsionar essa mudança, é fundamental refletir sobre as práticas policiais e fazer uma reavaliação das narrativas midiáticas e institucionais que contribuem com o racismo estrutural na sociedade brasileira.

Apesar da persistência dessas formas estruturais de violência e subordinação, a população negra segue resistindo e lutando contra esse ciclo de opressão. Por meio de movimentos sociais ou ocupação de espaços que antes lhes eram negados, a resistência negra se fortalece a cada geração, seja através de confrontos diretos ou nas pequenas e grandes vitórias do cotidiano – o que acaba se tornando uma resposta à violência histórica e uma afirmação da dignidade e dos direitos fundamentais dos corpos negros. Na próxima seção, irei discutir algumas das formas dessa resistência e a importância da conscientização coletiva no processo de transformação social.

3 MODOS DE RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA RACISTA DAS POLÍCIAS NO BRASIL: ENTRE AS RUAS E AS REDES

A resistência da população negra à violência do Estado não é uma realidade recente, mas algo que remonta aos períodos iniciais da colonização quando negros africanos escravizados já se opunham ao sistema opressor. Exemplos disso são o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, localizada em União dos Palmares, em Alagoas, o qual resistiu durante aproximadamente 100 anos, entre 1597 a 1694, e a Revolta dos Malês, ocorrida entre 1807 e 1835, em Salvador, capital da Bahia.

Palmares, liderado por Dandara e Zumbi, constitui-se num espaço de resistência à escravidão, um ponto de formação de uma identidade coletiva para muitos negros em busca da produção de uma sociedade livre e autônoma, baseada na solidariedade e na luta por direitos (Moura, 2021). Já a Revolta dos Malês é tida como “uma revolta organizada, pela tomada do poder político” (Moura, 2021, p. 26) e se configura como um dos maiores levantes de escravizados africanos e libertos já vistos no Brasil. Esse movimento marcou a resistência ao sistema escravista por meio de marchas nas ruas que convocaram os seus irmãos de cativeiro a se unirem na luta por independência, destacando a força de uma comunidade que se unia em torno da busca por liberdade e autonomia, mesmo em um cenário de repressão brutal. Assim, ambos eventos históricos demonstram que a luta contra a violência institucionalizada e a busca pela liberdade sempre fizeram parte da experiência dos negros no Brasil, e suas formas de resistência continuam a ser fundamentais na sociedade contemporânea.

Esses modos de resistência permanecem ativos nas sociedades contemporâneas, a exemplo de movimentos sociais que lutam por justiça e direitos para as populações negras em todos os territórios que receberam africanos escravizados entre os séculos XVII e XIX. Um exemplo significativo é o movimento *Black Lives Matter*, fundado nos Estados Unidos em 2013 por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi, que ganhou destaque por meio das mídias sociais em 2020. O movimento cresceu em resposta aos assassinatos frequentes de pessoas negras pela violência urbana e policial e à desvalorização da vida negra no âmbito do acesso à cidadania, promovendo protestos em espaços públicos e manifestações nas redes sociais.

Sua ampla mobilização ressalta a urgência de abordar as desigualdades raciais e a necessidade de mudança nas estruturas sociais e institucionais que contribuem com o ciclo de violência contra a população negra. Essa mobilização global se intensificou após o emblemático caso⁴ de George Floyd, um homem negro brutalmente assassinado por um policial branco em Minneapolis, nos Estados Unidos, cuja morte desencadeou uma onda de protestos que reverberaram nas ruas e nas redes sociais.

No Brasil, o “Movimento AR”⁵ lançou um manifesto “Vidas Negras Importam”⁶, com o objetivo de propor estratégias para reduzir o impacto do racismo. Assim, segundo José Vicente, um dos idealizadores do “Movimento AR”, para a matéria⁷ do portal G1:

“Precisamos educar para transformar. Elaboramos um manifesto com ações que, em alguns casos, basta apenas fazer com que as leis sejam cumpridas. Não estamos pedindo nada, queremos o direito de auxiliar a sociedade a se organizar de uma forma onde não exista distinção pela raça. Para isso a educação de nossas crianças e jovens negros é essencial, mas também a educação nos ambientes corporativos é preponderante que os profissionais sejam envolvidos e aprendam a fazer a gestão da diversidade” (G1, 2020).

A campanha “Vidas Negras Importam” (VNI) tem se destacado por sua forte presença nas redes sociais, onde mantém um site e perfis ativos no *Facebook*, Instagram e X. A iniciativa promove discussões relevantes em ambientes educacionais, incentivando o diálogo sobre questões raciais e sociais, além de realizar encontros com gestores públicos para debater políticas públicas que favoreçam a inclusão e o combate ao racismo. O movimento conta com o apoio de importantes personalidades negras, como as atrizes Taís Araújo e Elisa Lucinda, e o ator Érico Brás, que se unem à causa a fim de amplificar sua mensagem e trazer mais engajamento.

⁴ Moraes, Laura; França, Bernardo. Assassinato de George Floyd gerou protestos antirracistas ao redor do mundo. *Revista Galileu*, 25 mai. 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2022/05/assassinato-de-george-floyd-gerou-protestos-antirracistas-ao-redor-do-mundo.html>.

⁵ MOVIMENTO AR. Universidade Zumbi dos Palmares, 2003. Disponível em: <https://zumbidospalmares.edu.br/projetos/movimento-ar/>.

⁶ Manifesto Vidas Negras Importam. ABMES. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3856/campanha-lanca-manifesto-vidas-negras-importam-e-propoe-10-metas-para-reduzir-impacto-do-racismo#:~:text=O%20manifesto%20%22Vidas%20negras%20importam,a%20implementar%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20e>.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/30/campanha-lanca-manifesto-vidas-negras-importam-e-propoe-10-metas-para-reduzir-impacto-do-racismo.ghtml>.

Outro exemplo de resistência à violência do Estado brasileiro contra a população negra é a “Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência⁸”, fundada no Rio de Janeiro, que tem como objetivo unir familiares de vítimas e todos que desejam lutar contra a violência policial com a população negra. Esses movimentos têm um papel fundamental ao fortalecer a solidariedade e promover ações de conscientização, destacando a opressão sofrida pela população negra e buscando transformar a realidade social. Por intermédio de mobilizações e articulações coletivas, é possível pressionar por mudanças no sistema de justiça e garantir mais visibilidade para as vítimas de violência estatal.

“A ‘Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência’ é um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres” (Redes de comunidades e movimentos contra a violência, 2006).

O ativismo negro contra a violência policial vai além das mobilizações nas ruas, estendendo-se também ao ambiente digital. As plataformas digitais desempenham um papel crucial ao proporcionar maior visibilidade aos casos de violência, permitindo que vítimas e apoiadores tenham suas vozes amplificadas e mobilizem a sociedade em processos de denúncia. Um dos aspectos marcantes das práticas sociais digitais em torno da violência racial é o seu potencial de “reflexividade social”. Como destaca Giddens (1991), esse fenômeno se refere à capacidade que as redes digitais – em função de seus recursos de participação e interconexão em rede – têm de mobilizar indivíduos e coletivos em práticas de reflexão crítica sobre estruturas, normas, desigualdades e violências que moldam suas experiências e identidades.

No âmbito do ativismo digital, essa reflexividade se manifesta na denúncia das representações históricas, frequentemente estigmatizantes dos corpos negros, expostos à violência e ao racismo estrutural. Dessa forma, como destaca Silva (2020), os espaços digitais, especialmente as redes sociais, quando agenciados por coletivos

⁸ REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA. *A Rede de Comunidades e Movimentos*. Disponível em: <https://redecontraviolencia.org>.

críticos, podem se tornar um importante instrumento de luta política e de formação cidadã, por intermédio da produção e circulação de conteúdos militantes.

Um exemplo desse ativismo digital é o caso da Cláudia Ferreira, que, mesmo após 10 anos da sua morte, continua a gerar manifestações *online*, tanto pelos resultados jurídicos quanto pela forma brutal com que foi assassinada. O caso, ocorrido em 2014, segue sendo relevante e é marcado nas redes sociais pela hashtag #JusticaParaClaudiaFerreira, amplamente utilizada como tributo digital à sua memória, refletindo a indignação pública frente à naturalização do assassinato de pessoas negras e à seletividade do sistema penal brasileiro.

Nesse contexto, a circulação da sua imagem e fotos de manifestações, acompanhadas de ilustrações e grafismos, associa seu caso ao movimento por justiça racial e à luta contra a violência policial. Depoimentos de familiares, vídeos e outros conteúdos fazem parte dessa mobilização, assim como artigos, posts em blogs e sites que discutem o caso, ampliando o debate sobre justiça e direitos humanos.

Figura 1 – Manifestação contra a violência racial



Fonte: Mídia Ninja (2024)

⁹ MANIFESTAÇÃO CONTRA ABSOLVIÇÃO DE PMs NO CASO DE CLÁUDIA. *Ativistas repudiam absolvição de PMs que mataram e arrastaram mulher no Rio*. Brasil de Fato, 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/19/ativistas-repudiam-absolvicao-de-pms-que-mataram-e-arrastaram-mulher-no-rio/>.

Desse modo, a resistência da população negra contra a violência do Estado, que remonta aos tempos de escravidão, continua a se manifestar de diversas formas ao longo da história, principalmente na atualidade, tanto em espaços *online* quanto *offline*. As mídias sociais têm se tornado um campo vital para a luta contra o racismo e a violência policial, expandindo vozes e experiências que muitas vezes são marginalizadas pela mídia tradicional.

O caso de Cláudia Ferreira, em torno do qual este estudo se debruça, exemplifica como o agenciamento das plataformas digitais pode oferecer visibilidade para casos de violência racial, permitindo que a indignação e as demandas por justiça sejam compartilhadas em um espaço global. Com essa visibilidade, as redes, além de se tornarem ferramentas de mobilização em torno de casos específicos, produzem também um potencial de reflexividade social ao favorecer o debate sobre questões raciais e o questionamento crítico dirigido às estruturas de opressão, bem como às narrativas que as perpetuam e naturalizam. Assim, o ativismo digital se configura como uma poderosa continuidade da luta histórica da população negra, proporcionando um espaço de resistência e transformação das estruturas sociais.

Tendo em vista as formas históricas e contemporâneas de resistência das populações negras brasileiras à violência do Estado, expressas em atos nas ruas, movimentos sociais e mobilizações nas redes, torna-se fundamental compreender como essas práticas de enfrentamento não apenas denunciam a brutalidade policial, mas também constroem novas formas de narrativa e visibilidade para as lutas antirracistas. É nesse contexto que se insere a próxima seção, dedicada a analisar a circulação de textos na mídia, com especial atenção à linguagem e às dinâmicas de compartilhamento nas mídias digitais, a fim de investigar como o caso de Cláudia Ferreira foi representado e ressignificado em diferentes plataformas.

4 A CIRCULAÇÃO DE TEXTOS NA MÍDIA: TRAJETÓRIAS TEXTUAIS

A circulação de textos na mídia desempenha um papel crucial na construção de discursos sobre a violência no Brasil, especialmente no que tange à violência contra a população negra. A forma como a mídia constrói narrativas sobre a criminalização de corpos negros contribui diretamente para a formação e o fortalecimento das opiniões públicas e das práticas institucionais. Conforme destacado por Bauman e Briggs (1990) e retomado por Pinto e Amaral (2016), a circulação de texto é um processo dinâmico e fragmentado no qual as narrativas são constantemente reconfiguradas, transitando de uma mídia tradicional para as mídias digitais. Assim, essas construções midiáticas têm o poder não apenas de reproduzir a realidade, mas também de reconfigurá-la, influenciando nas interpretações sobre a violência policial e suas vítimas.

Portanto, como discutido na seção anterior, podemos compreender que esse processo não é pacífico, mas é disputado pela resistência histórica da população negra. A linguagem, por sua vez, se torna também um campo de disputa política no que tange ao racismo e à violência policial. Logo, a fim de compreender esse fenômeno, é preciso tomar a linguagem para além da ideia de expressão ou de representação objetiva da realidade. Com isso, noções a respeito de “performatividade”, “indexicalidade” e “trajetórias textuais” tornam-se indispensáveis para uma análise crítica das disputas discursivas em torno da violência policial.

Nesse sentido, Austin (1990) desenvolveu a teoria dos atos de fala, destacando que a comunicação ultrapassa as palavras e as estruturas gramaticais. Segundo essa teoria, uma mensagem verbal não é apenas uma representação de informações, mas um meio de ação, mediante a qual se estabelece uma inter-ação entre mim e o outro/outrem. A linguagem, portanto, permite que façamos muito mais do que apenas comunicar algo; por meio dela, somos capazes de descrever, persuadir, assumir compromissos, expressar sentimentos e atitudes, entre outras possibilidades. Dessa forma, a linguagem não se limita apenas a transmitir conteúdo, mas também pode ser mobilizada para atuar diretamente na construção da realidade e de seus interlocutores (Ottoni, 1998).

É assim que surgem os enunciados performativos, que são aqueles que realizam uma ação simplesmente ao serem proferidos. No contexto da violência contra a população negra, as representações midiáticas não se limitam a refletir a

realidade, mas participam ativamente da construção de narrativas sociais, moldando a percepção pública sobre a violência policial. Ao representar de forma sistemática a população negra como criminosa ou perigosa, ela reforça atitudes discriminatórias e alimenta um ciclo de violência e racismo institucionalizado. Isso ocorre, por exemplo, quando um policial “confunde” jovens negros com criminosos, e a mídia noticia o fato de modo a reforçar a ideia de que os negros são perigosos ou ameaças para a sociedade. Além disso, quando um policial atira antes mesmo de abordar uma pessoa negra, evidencia-se essa construção social que estereotipa o corpo negro como perigoso.

Nessa linha de raciocínio, temos a indexicalidade que, segundo Silverstein (2003), é a capacidade dos signos fazerem referência a um contexto específico, estabelecendo uma ligação indireta, justamente porque é mediada pela cultura e pelas ideologias que nela circulam, ou seja, entre os signos e seus significados. Isso quer dizer que elementos linguísticos ou semióticos como palavras, imagens ou outros sinais produzem significados ao indicar/apontar para algo fora do próprio signo. Assim, eles não têm apenas um significado fixo, mas adquirem seu valor pragmático conforme o contexto de uso, as convenções culturais e ideológicas envolvidas na sua utilização, bem como as relações sociais que atravessam os sujeitos em interação. Dessa forma, signos empregados em mídias digitais e notícias que circulam nas redes sociais são significados específicos que fazem parte das estratégias midiáticas para construir e reconstruir significados e influenciar nas nossas percepções.

Sendo assim, a partir das trajetórias textuais, podemos observar uma série de dinâmicas complexas, como a entextualização, que Blommaert (2005) descreve como o processo em que um discurso é removido de seu contexto original e transformado em um novo discurso, adaptado a diferentes situações. Quando um trecho de linguagem é descontextualizado, ele não perde sua conexão com o cenário original em que foi produzido, mas ao ser recontextualizado em outro contexto, ele ganha novos significados. Esse movimento entre descontextualização e recontextualização permite entender como os textos circulam e mudam de significado ao longo do tempo, como evidenciado por Bauman e Briggs (2006).

Bauman e Briggs (2006) afirmam que o controle sobre esse processo de descontextualização e recontextualização tem implicações diretas no exercício do poder social. A manipulação do significado de um texto envolve não apenas quem tem acesso ao conteúdo, mas também quem detém a autoridade para dar-lhe sentido

e como as ideologias dominantes influenciam essa transformação. Em última análise, o ciclo de entextualização e recontextualização reflete as disputas de poder e as tensões sociais que influenciam a construção e a percepção das narrativas sobre a violência contra a população negra. Portanto, a circulação de textos nas mídias e as trajetórias textuais dessas narrativas desempenham um papel crucial na construção social e política dos significados em torno da violência policial e do racismo, contribuindo tanto para reforçar quanto para questionar as estruturas de poder existentes.

5 RASTREAMENTO TEXTUAL EM MÍDIAS DIGITAIS OU NOTAS METODOLÓGICAS

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e interpretativista, inserida no campo da Linguística Aplicada (LA), rompendo com o paradigma positivista. A pesquisa se alinha a uma perspectiva de “proximidade crítica”, que, conforme Moita Lopes e Fabrício (2019), valoriza a subjetividade do/a pesquisador/a como elemento central na construção do conhecimento. Em vez de buscar uma distância crítica, que apaga a presença do sujeito, a Linguística Aplicada crítica entende que a performance do/a pesquisador/a e as múltiplas formas de sentir, falar, sofrer, entre outras, são inseparáveis do ato de pesquisar.

Em consonância com essa perspectiva e com o pensamento de Moita Lopes (2019), que afirma que a linguagem é, simultaneamente, o determinante central dos fatos sociais e o meio pelo qual se compreendem esses fenômenos, a pesquisa se concentra na análise das diversas subjetividades e interpretações dos participantes do contexto social em questão.

Tendo isso em vista, este estudo tem como objeto central a análise de construções discursivas em torno do caso de Cláudia Ferreira. De modo mais específico, busco produzir uma interpretação crítica acerca das trajetórias textuais mobilizadas na seção de comentários online da matéria “Justiça absolve PMs que mataram Cláudia Ferreira, mulher negra arrastada em viatura”¹⁰, publicada em 18 de março de 2024, no site de jornalismo independente Portal Mídia Ninja, e replicado na página do portal na rede social Instagram.

Como discute a matéria, o assassinato de Cláudia Ferreira, que ocorreu em 2014, gerou grande repercussão em todo o Brasil, principalmente por conta do tratamento desumano dado ao seu corpo pelos policiais militares, conforme registrado em vídeos e amplamente divulgados pela mídia. Esse episódio destacou, de maneira visceral, as questões do racismo estrutural e da violência policial, tornando-se um símbolo das práticas abusivas por parte das forças de segurança, especialmente contra pessoas negras e periféricas. Apenas em 22 de fevereiro de 2024, a justiça brasileira chegou a uma posição sobre o caso e o juiz Alexandre Abrahão Dias

¹⁰ Disponível em: https://midianinja.org/justica-absolve-pms-que-mataram-claudia-ferreira-mulher-negra-arrastada-em-viatura/#google_vignette

Teixeira absolveu os seis policiais militares envolvidos no caso¹¹, alegando que não houve provas suficientes para condená-los, o que provocou uma nova onda de indignação e mobilização social. Essa decisão gerou uma intensa circulação de textos em trajetória nas mídias digitais, os quais tematizam criticamente a impunidade de agentes do Estado, principalmente no contexto da violência policial e da falta de responsabilização em casos envolvendo pessoas negras.

Os dados utilizados para esta análise foram extraídos da página do Instagram da Mídia Ninja, um veículo de comunicação alternativa e independente, que se caracteriza por sua abordagem colaborativa e tecnológica na produção e distribuição de conteúdo. A escolha da “Mídia Ninja” como fonte para geração dos dados se deu devido à sua atuação em pautas sociais de grande relevância, especialmente em temas como direitos humanos, racismo estrutural e mobilização social, tendo em vista sua forma de engajar o público em discussões e mobilizações, bem como pela utilização de plataformas digitais para dar visibilidade a temas que muitas vezes não encontram espaço na mídia tradicional. Além disso, a página do veículo no Instagram, com seu grande alcance e interatividade, oferece um campo fértil para analisar as construções discursivas públicas sobre temas socialmente relevantes.

Ao analisar a repercussão da notícia sobre a absolvição dos policiais militares, a escolha por essa plataforma também se justifica pelo caráter participativo da rede social, por meio da qual os usuários têm a oportunidade de expressar suas opiniões, refletindo diferentes pontos de vista sobre o caso. O conteúdo publicado pela Mídia Ninja sobre o evento gerou uma forte mobilização, refletida nos 71.199 likes e 6.122 comentários recebidos pelo post no dia 2 de março de 2025, que demonstram a grande repercussão do caso e a profundidade das discussões que emergiram na plataforma.

¹¹ Ainda como denuncia a matéria da Mídia Ninja sobre a absolvição dos policiais, “entre os agentes acusados estavam o capitão Rodrigo Medeiros Boaventura, que comandava a patrulha, e o sargento Zaqueu de Jesus Pereira Bueno. Após a absolvição, Boaventura foi nomeado superintendente na Vice-Governadoria do estado. Já Bueno permanece na PM, apesar de ter sido preso anteriormente sob acusação de integrar uma milícia na Zona Norte do Rio” (Mídia Ninja, 2024, n.p.).

6 TRAJETÓRIAS DE TEXTOS E A CONSTRUÇÃO DA REFLEXIVIDADE RACIAL SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL: O CASO CLÁUDIA FERREIRA

Nesta seção, será realizada uma análise de seis comentários selecionados entre os 6.122 comentários presentes na página do Instagram Mídia Ninja, com foco na reflexividade pautada na memória da violência policial. A escolha dos comentários selecionados para a análise neste trabalho tomou como principal critério seu engajamento em práticas de reflexividade social, observando (1) a reflexividade sobre a violência policial, evidenciando que esse fenômeno não se trata de casos isolados, mas de uma questão sistêmica; (2) a reflexividade sobre a conotação racista da instituição policial e sua origem histórica; e (3) a reflexividade sobre as experiências pessoais de racismo e violência policial vividas pelos sujeitos que comentam.

Como já discutido, a violência policial contra a população negra no Brasil não é um fato isolado, mas sim reflexo de um sistema que perpetua o racismo estrutural e institucional. Nesse contexto, os comentários analisados nesta seção não apenas denunciam episódios específicos de violência policial, mas também evidenciam a continuidade e a repetição dessa violência ao longo do tempo, desde a origem da instituição policial até o presente. Além disso, muitos dos comentários abordam experiências pessoais de racismo e violência policial, revelando como as vítimas e testemunhas dessa violência se veem inseridas em um ciclo de repressão que transcende o evento isolado.

Dessa forma, o objetivo desta seção é analisar práticas de reflexividade racial em trajetórias textuais midiáticas sobre o assassinato de Cláudia Ferreira. A partir dos comentários selecionados, será possível explorar como essas narrativas refletem a memória coletiva da violência policial, além de identificar as formas como esses relatos estão intimamente ligados ao racismo estrutural e institucional. A análise buscará entender como os usuários da plataforma Mídia Ninja recontextualizam e reinterpretam a violência policial, sugerindo caminhos para a resistência e para a construção de uma consciência crítica sobre a violência racializada no Brasil.

Figura 2 – Matéria sobre Cláudia Ferreira no site Mídia Ninja



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (18 mar. 2024)

O post da Mídia NINJA é estruturado por um enunciado direto e informativo, que destaca a absolvição dos policiais militares envolvidos na morte de Cláudia Ferreira. A publicação traz, em evidência, a imagem impactante do momento em que Cláudia foi brutalmente arrastada pela viatura policial, acompanhada, ao lado, de uma foto que revela sua identidade. Esse post gerou intensa repercussão nas redes sociais e originou os comentários selecionados para a análise presente neste trabalho.

6.1 Reflexividade sobre a violência policial como uma questão estrutural e questão sistêmica

A primeira categoria da análise será focada na reflexividade pautada na memória da violência policial, abordando como os comentários selecionados destacam não apenas eventos isolados, mas a perpetuação de práticas violentas dentro de um sistema institucionalizado e racista. Como a memória social desses episódios de violência é construída e reforçada, com a identificação de padrões e repetições de abusos e brutalidade policial que se perpetuam ao longo do tempo. A análise buscará contextualizar esses comentários dentro de uma narrativa maior de resistência e luta contra a opressão.

Figura 3 – Comentário de usuário no post da Mídia NINJA sobre a absolvição dos PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (2 mar. 2025)

Na Figura 3, a expressão "não dá" é uma manifestação de cansaço e indignação diante da opressão sistêmica vivida pela população negra, constantemente vítima de uma violência desproporcional e reiterada. O enunciado serve como uma crítica contundente à normalização da violência policial, que continua a se repetir em diversas partes do país, sem que haja uma resposta efetiva ou mudanças significativas nas políticas públicas. Ao fazer essa crítica, o comentário não apenas denuncia um episódio de violência, mas amplia a discussão para a estrutura mais ampla que sustenta e reproduz essa violência contra as populações negras.

A recontextualização é evidente na frase "a carne mais barata no mercado é a carne negra", que faz referência direta à canção *A carne*, de Elza Soares. Lançada em 2002, a música se tornou um manifesto contra o racismo estrutural e a marginalização da população negra no Brasil. Esse verso, repetido diversas vezes ao longo da canção, denuncia de forma contundente a desvalorização da vida negra, abordando questões como a exploração no mercado de trabalho, o encarceramento em massa e a negligência nos serviços de saúde, especialmente em hospitais psiquiátricos.

No comentário, a recontextualização é evidenciada ao aplicar o verso de Elza Soares a uma crítica mais imediata e contemporânea, associando à violência policial, à impunidade em casos de crimes contra negros e à negligência da sociedade em relação às questões raciais. A frase "a carne mais barata no mercado é a carne negra" é usada para destacar a persistente desigualdade racial, evidenciando como a vida negra ainda é tratada de forma descartável, ao passo em que reflete a objetificação e a violência sistêmica que a população negra enfrenta no Brasil. Assim, a

recontextualização dá um novo significado ao verso, transformando-o em um grito de urgência e indignação, enquanto reforça o discurso musical original de Elza Soares sobre as profundas desigualdades raciais e sociais no país.

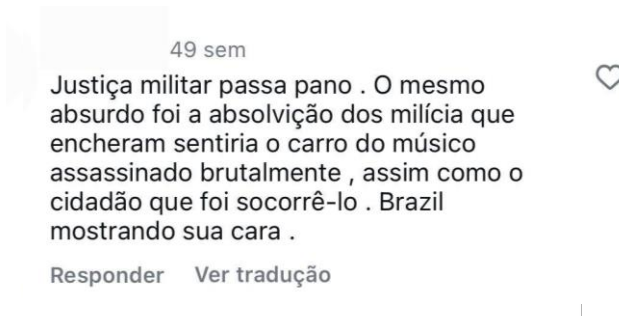
Além disso, o comentário revela uma realidade mais ampla e sistêmica, que não se limita a um episódio isolado. Ao questionar a sociedade sobre a persistência da violência, o enunciado sugere que o genocídio da população negra não é um evento aleatório, mas sim um fenômeno estruturante, contínuo e enraizado em práticas sociais e políticas históricas. Nesse contexto, a expressão "*movimentar a rua*" transmite um apelo a uma ação coletiva urgente, uma forma de resistência radical que se faz necessária para combater essa violência sistêmica.

Outro exemplo de recontextualização está na expressão "*metralharam com 80 tiros um pai de família*", que faz referência ao caso emblemático do músico Evaldo Rosa dos Santos¹², assassinado em 2019, no Rio de Janeiro, por militares do exército, que dispararam 80 vezes contra o veículo em que ele e sua família estavam. Ao enfatizar "80 tiros", o comentário recontextualiza o episódio para destacar a violência extrema e a desproporcionalidade da ação dos militares, enfatizando a gravidade da ação.

A construção de uma memória coletiva sobre a violência racial praticada pela polícia no Brasil exige o reconhecimento e a reflexão sobre eventos como o caso de Evaldo. Esses episódios expõem o racismo estrutural e a brutalidade policial direcionada, especialmente, à população negra. Ao lembrar e discutir esses casos, a sociedade brasileira é desafiada a enfrentar essas realidades, promover justiça para vítimas e buscar reformas no sistema de segurança pública, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

¹² BRASIL DE FATO. Exército atira 80 vezes em carro de família no RJ e mata Evaldo Rosa, 51, músico. *Brasil de Fato*, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/08/exercito-atira-80-vezes-em-carro-de-familia-no-rj-e-mata-evaldo-rosa-51-musico/>.

Figura 4 – Comentário de usuário no post da Mídia NINJA sobre a absolvição dos PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (2 mar. 2025)

Na Figura 4, a expressão "*Justiça militar passa pano*", a linguagem desempenha um papel performativo ao denunciar a proteção implícita aos agentes envolvidos em crimes de violência policial, particularmente no contexto da justiça militar. A frase sugere que o sistema judiciário, especialmente o militar, age de forma complacente, minimizando ou ignorando suas responsabilidades de policiais e militares que cometem atos violentos. Essa forma de "*passar pano*" revela o racismo estrutural que permeia as instituições de segurança e justiça no Brasil, e a maneira como os policiais e militares são tratados com mais leniência. Isso pode ser relacionado com a ideia, já abordada anteriormente neste trabalho, de necropolítica (Mbembe, 2016), em que o Estado tem poder sobre a vida e a morte de certos corpos, ao decidir quem deve viver e quem deve morrer.

A referência à "*absolvição dos milicianos*" reforça a ideia de impunidade, destacando uma falha do sistema judicial em responsabilizar criminosos, como no caso dos milicianos responsáveis pelo assassinato de Evaldo. Essa impunidade não é apenas uma crítica à ineficácia do sistema de justiça, mas também remete ao conceito de racismo institucional. Nessa linha de raciocínio, Silva (2020) argumenta que as instituições historicamente enraizadas na sociedade brasileira, com suas raízes escravagistas e coloniais, continuam a ser responsáveis por desvelar os discursos atualizados que se manifestam em posicionamentos discriminatórios e desiguais. O sistema judicial, em sua maioria, não só falha em punir crimes cometidos por policiais ou milicianos, mas também perpetua desigualdades raciais e sociais, já que os grupos marginalizados, especialmente as populações negras, são frequentemente alvos de violência sem que haja uma devida responsabilização.

A expressão "*Brazil mostrando sua cara*"¹³ é uma entextualização da música "Brasil", composta por Agenor Neto/ George Alberto Heilborn Israel/ Nilo Romero, e interpretada por Cazuza, uma das canções mais emblemáticas do rock brasileiro dos anos 1980. A letra carrega uma forte mensagem de crítica social e política, refletindo a insatisfação do artista com o contexto do seu tempo, marcado por uma sociedade repleta de contradições e injustiças. O que Cazuza expressa em sua música é uma visão de um Brasil estagnado, onde o tempo parece não fazer a diferença diante das mudanças necessárias nas estruturas sociais e políticas do país.

Assim, a entextualização acontece devido ao uso dessa expressão, que traz a ideia de um Brasil que, ao "mostrar sua cara", revela as contradições e injustiças ainda presentes em sua realidade. O excerto utiliza a mensagem crítica de Cazuza para reforçar a percepção de que, mesmo com o tempo passando, o Brasil não consegue superar seus problemas históricos, como a violência e a impunidade, especialmente no contexto da segurança pública.

A recontextualização no caso da "*absolvição dos milicianos*" e da referência à justiça militar é uma forma de ampliar o entendimento sobre a violência policial e a impunidade no Brasil, transformando um caso específico em uma crítica ao sistema de justiça brasileiro como um todo. A violência, aqui, é recontextualizada de um evento isolado para um fenômeno sistêmico, que envolve a proteção de agentes de segurança e a falta de responsabilização pelas ações violentas, especialmente em contextos de abuso de poder. A recontextualização acontece ao transferir um evento concreto para um discurso mais amplo sobre a falência do sistema judiciário e a perpetuação da impunidade, ampliando a análise para incluir a violência institucionalizada como um problema estrutural.

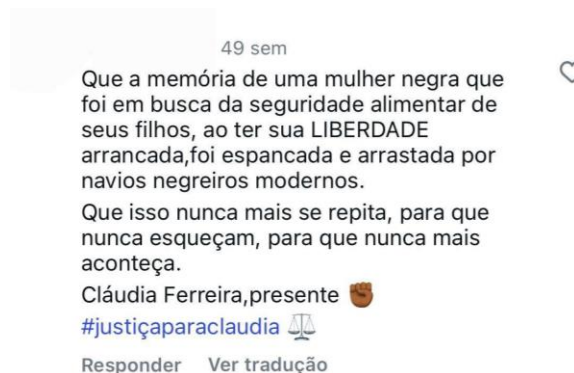
Esse movimento toca diretamente em discursos que tratam da ineficiência e seletividade do sistema de justiça, onde as vítimas de violência policial, principalmente as populações negras e periféricas, não têm acesso a um julgamento justo. As ideologias que permeiam essa recontextualização são a ideologia de impunidade, que protege os milicianos e policiais, e a ideologia do controle social, que favorece o uso da violência como ferramenta de manutenção da ordem, ao mesmo tempo em que perpetua desigualdades sociais e raciais.

¹³ CAZUZA. *Brasil*. 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PP1ceTYUk4E>

6.2 Reflexividade sobre a conotação racista da instituição policial e sua origem histórica

Nesta categoria, será analisada a reflexividade sobre a conotação racista da instituição policial e sua origem histórica, com foco nos comentários que criticam o racismo estrutural presente nas práticas policiais. Convém ressaltar, portanto, que a violência policial contra a população negra no Brasil reflete um longo histórico de repressão e marginalização, que remonta ao período colonial e se intensificou durante a Ditadura Militar. Assim, a análise buscará compreender como esses comentários evidenciam a continuidade dessa violência e a necessidade urgente de mudanças nas instituições de segurança pública, desafiando práticas racistas que ainda persistem.

Figura 5 – Comentário de usuário no post da Mídia NINJA sobre a absolvição dos PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (2 mar. 2025)

Na Figura 5, a partir da definição de recontextualização proposta por Bauman e Briggs (2006), que entendem esse processo como transformacional, podemos perceber que ao recontextualizar um texto ou conceito, ele não apenas adquire novos significados, mas também mantém aspectos de seus contextos anteriores. Quando a expressão "*arrastada por navios negreiros modernos*" é recontextualizada, por exemplo, ela traz consigo a memória do tráfico transatlântico de escravizados e a desumanização histórica imposta aos negros, mas ao ser recentemente centrada nesse contexto do comentário, adquire um novo significado.

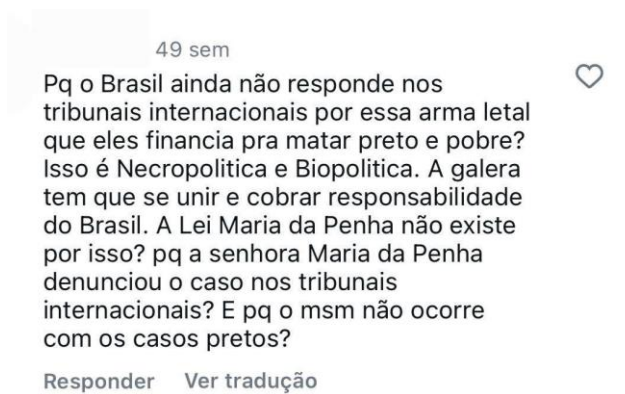
Nesse novo contexto, ela se transforma em uma metáfora para as práticas contemporâneas de violência policial, racismo estrutural e exclusão social da

população negra. O significado emergente de "*navios negreiros modernos*" agora se refere à continuidade da opressão e da marginalização, mantendo o peso simbólico da exploração e da desumanização, mas ampliando a reflexão para o que ocorre no presente. A função desse conceito recontextualizado é denunciar a persistência dessas formas de violência e discriminação, enquanto a forma do signo remete ao passado colonial, mas sua aplicação no discurso contemporâneo serve como uma crítica à manutenção dessas práticas, agora invisíveis, mas ainda profundamente enraizadas na sociedade brasileira. Assim, a recontextualização permite que o passado histórico e suas lutas se conectem com as questões atuais, estabelecendo uma continuidade que denuncia a reprodução de opressões estruturais.

Ao utilizar a expressão "*nunca mais se repita*", o enunciado se recontextualiza no contexto atual, destacando a urgência da mudança e a continuidade da luta por justiça. Essa frase resgata o passado de violência e sofrimento, mas, ao ser projetada no presente, carrega consigo a necessidade de ação para que as atrocidades históricas, como o genocídio da população negra, não se perpetuem. A frase, portanto, não apenas reverencia a memória de Cláudia Ferreira, mas também a transforma em um símbolo da resistência, evocando a importância da memória histórica e da ação social como meios de combater a violência e o racismo estrutural ainda presentes na sociedade.

Nesse sentido, a recontextualização de sua memória não é uma simples lembrança passiva, mas uma convocação ativa para a transformação social, ressaltando que a luta por justiça e igualdade deve ser constante e implacável. O enunciado reforça que, ao honrar a memória de figuras como Cláudia, não se trata apenas de recordar, mas de agir para que o genocídio da população negra, manifestado de diversas formas ao longo da história, seja finalmente erradicado.

Figura 6 – Comentário de usuário no post da Mídia NINJA sobre a absolvição dos PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (2 mar. 2025)

Na Figura 6, observa-se a violência policial e a negligência do sistema jurídico e político brasileiro em responsabilizar as autoridades por tais práticas, recontextualizando os conceitos de necropolítica e biopolítica. Fátima Lima (2018) argumenta que o genocídio da população negra no Brasil é uma das manifestações mais evidentes de uma necropolítica “à brasileira”, profundamente enraizada nas formações históricas do país e refletida nas políticas públicas contemporâneas. A referência ao fato do Brasil não ser responsabilizado nos tribunais internacionais por financiar “essa arma letal” que “mata preto e pobre” faz uma crítica direta ao aparato policial, cujas práticas racistas e de classe remontam às conotações históricas das instituições de segurança pública. Essas instituições, por sua vez, continuam a tratar as populações negras como alvos, desprovidas de direitos e dignidade.

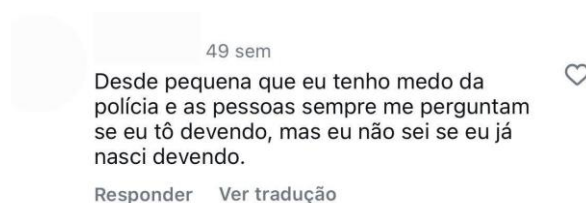
Essa reflexão se conecta com a herança histórica de um sistema que sempre buscou reprimir e exterminar a população negra, seja na escravidão, na ditadura ou na atualidade, por meio de políticas públicas de violência sistemática. Como Frantz Fanon (2008, p.92) ressalta: “no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal”, ou seja, para o autor, “o conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo, reina uma atmosfera de clara incerteza”. Essa “incerteza” que envolve o corpo negro reflete diretamente a falta de resposta às mortes de negros no Brasil, expondo como a sociedade e o sistema judiciário continuam a desvalorizar a vida dos negros, tratando-os com desconfiança, marginalização e violência.

Além disso, o comentário realiza uma recontextualização (“*A Lei Maria da Penha não existe por isso? pq a senhora Maria da Pena denunciou o caso nos tribunais internacionais?*”) devido a lei citada ter sido alcançada através de pressão internacional, enquanto que, por outro lado, a violência racial contra negros e pobres não acontece o mesmo. Sendo assim, a recontextualização sugere uma ampliação da ideia de justiça e proteção, assim como a violência doméstica foi tratada com seriedade e impunidade, a violência racial também deveria ser tratada com a mesma intensidade, com responsabilidade internacional para o Estado brasileiro. Ao questionar “*por que não ocorre com os casos pretos?*”, o comentário recontextualiza a negligência institucional, tornando-a uma crítica direta à desigualdade racial que permeia as estruturas políticas e jurídicas brasileiras.

6.3 Reflexividade pautada em experiências pessoais de racismo/violência policial

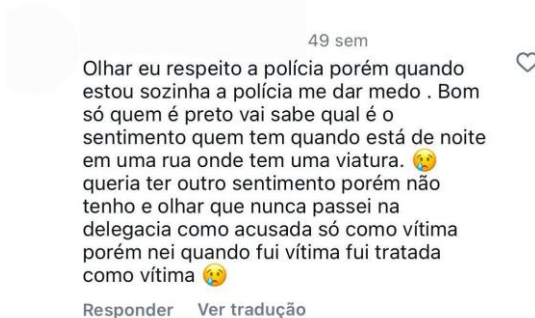
Nessa categoria, focaliza-se a reflexão pessoal de indivíduos que vivenciam de forma cotidiana o racismo estrutural, revelando como suas experiências e percepções sobre a polícia são moldadas por um contexto de violência e discriminação racial. A reflexividade, nesse sentido, emerge como uma forma de autopercepção crítica, na qual o sujeito questiona sua identidade, suas relações com as instituições e o modo como o racismo se manifesta em sua vida. Ao explorar essas experiências pessoais, podemos analisar como os comentários não apenas descrevem o medo e a desconfiança em relação à polícia, mas também como esses sentimentos se entrelaçam com a história de violência, criminalização e exclusão vivida por pessoas negras.

Figura 7 – Comentário de usuário no post da Mídia NINJA sobre a absolvição dos PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (2 mar. 2025)

Figura 8 – Comentário de usuário no post da Mídia NINJA sobre a absolvição dos PMs envolvidos na morte de Cláudia Ferreira



Fonte: Perfil da Mídia Ninja no Instagram (2 mar. 2025)

Na Figura 7, a reflexividade emerge quando a pessoa compartilha uma análise subjetiva do seu medo da polícia, que é fruto de uma vivência contínua de racismo e criminalização. No comentário, essa experiência pessoal de medo é apresentada como algo que começa desde a infância. Ao se questionar sobre a origem desse medo, ao afirmar "*não sei se eu já nasci devendo*", é possível perceber uma expressão que revela como a sociedade impõe, desde cedo, o estigma racial e a criminalização dos corpos negros, sem que o indivíduo tenha feito nada para justificar esse tratamento. Isso ilustra como o medo da polícia não é apenas uma reação individual, mas uma resposta a uma construção social em que a figura do negro é associada à criminalidade, independentemente de suas ações ou comportamentos.

A descontextualização se torna evidente quando observamos como a sociedade, de forma geral, tende a tratar as pessoas negras. O medo descrito não é apenas sobre a polícia, mas sobre todo o contexto social que perpetua a ideia de que os negros são suspeitos, mesmo sem terem cometido crime algum. Esse comentário entextualiza discursos sobre uma opressão histórica, mas essa realidade é muitas vezes descontextualizada nas interações cotidianas, quando, por exemplo, as pessoas perguntam "*se a pessoa está devendo*", ignorando o contexto maior de racismo e marginalização que explica esse medo.

Vale destacar também que o comentário exemplifica o conceito de entextualização, visto que a frase "*as pessoas sempre me perguntam se eu tô devendo*" não se trata apenas de uma queixa pessoal, mas revela uma leitura superficial e distorcida da sociedade sobre as ações dos negros. Como afirma Fanon (2008, p.96) "não sou escravo da ideia que os outros fazem de mim, mas da minha aparência", o que reflete como a figura negra é, frequentemente, associada ao crime,

desconsiderando suas experiências e subjetividades. Assim, esse tipo de discurso, ao ser compartilhado, expõe a forma como o medo e a desconfiança em relação à polícia são resultados de um contexto social mais amplo e estruturado pelo racismo.

Já na Figura 8, observa-se um movimento reflexivo sobre o medo em relação à polícia. A pessoa reconhece que, apesar de respeitar a polícia, o medo persiste, especialmente quando está sozinha e em situações específicas, como à noite, com viaturas por perto. A frase *"só quem é preto vai saber"* destaca uma vivência que só pode ser completamente compreendida por quem compartilha dessa identidade racial, o que evidencia o impacto do racismo estrutural no cotidiano das pessoas negras. Ao refletir sobre ser tratada como vítima, mesmo sem ter sido acusada, a pessoa revela uma percepção de que, na polícia, os negros muitas vezes não são vistos como cidadãos, mas como suspeitos à margem da lei, independentemente de sua posição na situação, seja como vítima ou acusada.

Nesse contexto, a descontextualização surge pela falta de reconhecimento da sociedade de que o medo e a desconfiança em relação à polícia não são manifestações de "paranoia individual", mas sim de um processo histórico e estrutural de criminalização das pessoas negras. O medo expresso pela pessoa poderia ser interpretado por aqueles que não compartilham dessa experiência como algo "irracional" ou "exagerado", desconsiderando o contexto de violência racial que fundamenta esse sentimento. A recontextualização se dá, então, na afirmação de que *"só quem é preto vai saber"* o sentimento de medo. A experiência pessoal se torna um ponto de vista legítimo e relevante dentro de uma identidade racial comum, trazendo essa vivência como uma verdade socialmente significativa. Ao expressar o desejo de não ter esse medo, a pessoa recontextualiza a própria busca por liberdade e segurança, que é frequentemente negada pelas condições históricas de opressão racial.

O processo de entextualização fica evidente quando a pessoa usa sua experiência pessoal para denunciar uma realidade mais ampla. A frase *"nunca passei na delegacia como acusada, só como vítima"* insere a vivência individual em um discurso maior sobre a maneira como a polícia trata as pessoas negras. A entextualização desse discurso revela que, mesmo quando alguém é vítima, o tratamento recebido é desumanizado, colocando a vítima em uma posição de suspeita, refletindo o racismo estrutural nas instituições de segurança pública. Ao transformar sua experiência em um discurso coletivo, a pessoa denuncia a forma

como o racismo se infiltra nas práticas da polícia, afetando a percepção e o tratamento das pessoas negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se insere em um contexto social e político marcado por profundas desigualdades raciais, evidenciada pela violência policial direcionada à população negra. A discriminação racial no país tem raízes históricas, que remontam a colonização e ao período escravocrata, refletindo-se de maneira persistente nas instituições sociais e nas práticas cotidianas.

O principal objetivo dessa pesquisa foi investigar como a linguagem, através de suas trajetórias textuais e das interações nas mídias digitais, contribui para a construção e reflexão das realidades sociais e raciais no Brasil. Adotando uma abordagem qualitativa e interpretativista em Linguística Aplicada, este estudo se alinha com as ideias de Moita Lopes e Fabrício (2019) e utiliza a perspectiva performativa da linguagem (Austin, 1990), além dos conceitos de racismo estrutural (Almeida, 2018) e necropolítica (Mbembe, 2016), para entender como a linguagem reflete e reforça as desigualdades raciais e a violência policial no país.

A análise das trajetórias textuais, com foco nas mídias digitais, desempenha um papel importante na construção das realidades sociais no Brasil, especialmente no que se refere às dinâmicas raciais. As interações discursivas nesses espaços reforçam e amplificam as desigualdades sociais, evidenciando as reflexividades raciais que surgem nas discussões sobre a violência policial. Assim, a pesquisa revelou como a linguagem nas mídias digitais é utilizada para legitimar ou contestar o racismo institucional e como ela contribui para a visibilidade das experiências vividas por grupos marginalizados, especialmente os negros, no enfrentamento do racismo.

Este estudo contribui para os campos da Linguística Aplicada e dos estudos sobre raça ao investigar o papel da linguagem na construção das realidades sociais no Brasil, com ênfase nas dinâmicas raciais. A análise das trajetórias textuais e da performatividade linguística nas mídias digitais oferece uma nova perspectiva sobre como as plataformas digitais se tornam espaços de resistência e afirmação de identidades marginalizadas. Ao articular conceitos como racismo estrutural e necropolítica, o trabalho oferece uma contribuição importante para a compreensão de como as práticas linguísticas estão diretamente conectadas à manutenção e subversão das desigualdades raciais no país.

Vale ressaltar que o estudo oferece uma contribuição significativa para a sociedade brasileira ao trazer à tona a questão da violência policial racista e seu impacto nas comunidades negras. Ao explorar como a linguagem contribui para a construção e disseminação de narrativas sobre violência racial, este trabalho reforça a importância de reconhecer e combater o racismo em suas diversas formas. Além disso, ao analisar as interações digitais, a pesquisa aponta para o potencial das mídias sociais como espaços de resistência e visibilidade, onde vozes marginalizadas podem denunciar a violência policial e desafiar as estruturas racistas que ainda dominam o país.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Richard. BRIGGS, Charlie. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social*. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 8, n. 1,2, p. 185–229, 2006.
- BORGES, Rosane. Entrevista à Ponte: *O que é necropolítica e como Achille Mbembe chegou até ela*. Ponte, 23 jan. 2019.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008
- JUNIOR, Ronaldo Sales. *Democracia racial: o não-dito racista*. Tempo soc., v.18, n.2, p. 229-258, nov. 2006.
- LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogo entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita; FABRÍCIO, Branca Falabella. Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópico*, v. 17, n. 4, p. 711, 2019.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita. Pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *DELTA: Documentação e estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 10, n. 2, 1994.
- MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, p. 188-221, 2002.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 10 abr. de 2020.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Teresina : EdUESPI, 2021.
- OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança pública e racismo. *Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)*, v. 4, p. 21-26, out. 2014.
- OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *D.E.L.T.A.*, v. 18, n. 1, p. 117-143, 2002.
- PINTO, Joana Plaza; DO AMARAL, Daniella. Corpos em trânsito e trajetórias textuais. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 40, p. 151-164, 2016.
- SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Geledés: interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, n. 3, p. 407-442, out. 2020.